

XVI ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva

27 e 28 de Novembro de 2015 :: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa
Tema 3) Educação e Formação em Contexto de Trabalho

Ensino Médio e Educação Profissional Integrada para Jovens e Adultos: impasses entre a retórica e a prática

Natália Alves

nalves@ie.ul.pt

Instituto de Educação e Psicologia da Universidade de Lisboa

Jessika Matos

jessikamatos@yahoo.com.br

Instituto de Educação e Psicologia da Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo resulta de uma análise parcial de uma investigação que integra uma tese de doutoramento em andamento na Universidade de Lisboa, que busca conhecer as trajetórias escolares e profissionais de um grupo de jovens e adultos de forma a compreender os sentidos que eles atribuem à formação para o exercício e à trajetória profissional. Nestes termos, podemos dizer que os resultados apontam para a existência de um impasse nessa relação decorrente, dentre outros fatores, da inconsistência na estrutura das políticas públicas destinadas a este segmento da população brasileira.

Palavras-chave: Educação, trabalho e jovens e adultos trabalhadores.

Planejar o futuro, fazer um “*projet de la vie*” ou “*projet for life*”, segundo destaca Bauman (2011), já não se enquadra com a realidade atual. As transformações nas relações de produção dos saberes e competências, que ocorrem numa sociedade de modo de produção capitalista, conduziram a um mundo contemporâneo de incertezas, onde as trajetórias de vida deixam de ser realizáveis segundo o planejado. Nos últimos trinta anos, com a crise econômica e a difusão de novas formas de produção e organização do trabalho, essas trajetórias tornam-se mais instáveis e incertas quanto ao futuro.

No contexto de uma sociedade em constante mudança, assinala-se que a relação entre educação e o trabalho, é complexa “pois entre eles há um universo complexo de múltiplas relações sociais” (Ciavatta, 2009, p.18), e justamente por isso, tem sido um campo fértil de debates no sentido de não só apontar os descompassos, mas também os possíveis caminhos para o fim da produção e reprodução das desigualdades sociais e a adequação da oferta formativa às reais necessidades dos alunos.

O presente artigo propõe-se apresentar uma reflexão acerca dos sentidos que um grupo de diplomados em PROEJA¹ atribui aos efeitos da formação frequentada sobre o exercício e trajetória profissional. A presente reflexão tem por base a especificidade da educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil, devedora dos contributos teóricos de Kuenzer (1988), Frigotto (2005, 2006) e Ciavatta (2009).

Para apresentar os resultados dessa análise o presente artigo está dividido em três seções: educação e trabalho; formação técnica integrada ao ensino médio para jovens e adultos: PROEJA; e, educação, trabalho e jovens e adultos: impasses entre retórica e a prática.

Educação e trabalho

Desde o início do século XX encontramos referências a debates em torno do tema da relação entre educação, qualificação e trabalho, mas somente com o surgimento da sociologia do trabalho, entre os anos 1940 e 1950, tais questões tornaram-se um objeto sistemático de estudos e de maior preocupação política principalmente no que tange aos processos de construção e desconstrução dessa relação. Saviani (2007, p.154) refere que “o ponto de partida dessa relação, é uma relação de identidade”. Os homens aprendiam a “produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar, trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações”. Todavia,

A partir do escravismo antigo, passamos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária e outra para a classe não proprietária. A primeira, centrada nas atividades intelectuais e a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho, sendo a primeira modalidade, a responsável pela origem da escola (Saviani, 2007, p.154).

Sobre a função da escola Ciavatta (2009, p.19) destaca que “trabalho sempre foi uma atividade separada da atividade da *schola* – o primeiro, próprio do mundo do fazer e da servidão; a segunda, própria do mundo do saber, das atividades superiores do espírito”. Entretanto, a educação, como explica Marx (1988) deveria partir de uma análise concreta de sua relação com o trabalho, tendo em vista que tanto a educação quanto o trabalho são dimensões da vida dos homens que se transformam historicamente, articulando-se às transformações do modo como produzem a sua existência, sendo o trabalho “antes de tudo, um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e

controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 1988, p.211). O conceito de trabalho defendido pelo autor apresenta-se em duas dimensões: ontológica, na medida em que possibilita ao homem a criação e a produção de bens; e histórica, pois, ao transformar a natureza, o homem transforma-se a si mesmo, tornando-se humano e aprendendo através do trabalho a transformar sua atividade vital. Neste último sentido, como explicam Moura e Faria (2013, p.3), Marx parte do princípio de que, ao longo de sua vida, “o ser humano organizou-se através de relações sociais de produção da vida, que proporcionou o surgimento de diferentes formas de trabalho, quais sejam, o trabalho escravo, o servil e, sob a hegemonia do capital, o trabalho assalariado”. Segundo Ramos (2010, p.35),

O nascimento do capitalismo pressupôs a superação do modo de produção feudal e da escravidão. Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre em um duplo sentido: primeiro, porque ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria; segundo, porque ele não tem outras mercadorias para vender.

A escola no período industrial assumiu a posição de preparar mão de obra para atender ao modelo taylorista- fordista de produção que tinham por objetivos a ampliação da produção em menor tempo e maior eficiência a partir da formação de um trabalhador, cujas atividades eram restritas e repetitivas. A partir da década de 1970, surge o toyotismo que inaugura um novo patamar de “intensificação do trabalho e de envolvimento participativo dos trabalhadores. Mas segundo Antunes (2000, p.52), em verdade escondia uma participação manipuladora, e que preservavam na essência, as condições de trabalho alienado e adestrado”. O toyotismo assevera Alves (2003), estava preocupado em realizar uma nova captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, através do conceito de empregabilidade, ocultando a natureza tardia do desenvolvimento do capital, estimulando a produção destrutiva e a exclusão social. A escola nesse período, também mantém seu papel na formação da nova mão de obra, centrada no discurso da necessidade de qualificação profissional para atender as novas demandas do mercado. Frigotto (2006, p.27) assinala a este respeito que a análise do caso brasileiro é revelador: “toda política educacional, desenhada especialmente após a segunda metade da década de 1960 tem nos postulados da teoria do capital humano seu suporte básico”. Adota-se a linha do pensamento de que o progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige maior qualificação, enfatizando a aquisição de capital humano via escolarização como garantia do

acesso a níveis de renda mais elevado. Entretanto, essa concepção não é isenta de críticas. Surgem na Europa e no Brasil, oposições ao sistema de reprodução social capitalista, as quais contribuíram para descortinar as contradições da educação escolar aos moldes da burguesia. Elas permitiram aflorar “o conhecimento de que o sistema escolar não se encontra isolado e neutro em relação ao modo de como se encontra estruturada a sociedade capitalista: o sistema escolar move e é movido socialmente” (Bonfim, 2012, p.3).

Apesar das críticas, a partir dos anos 1990, o Brasil alinha-se às recomendações dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o BID, a UNESCO e a OIT, que preconizam a oferta da educação para o trabalho sob a ótica do mercado e da economia com forte tendência de assumir a educação predominantemente na sua vertente profissionalizante. Quanto ao debate sobre políticas de qualificação, Lima (2007) identifica três principais concepções: a primeira entre 1990 e 1996, vê a qualificação como via de retorno ao emprego – diante de uma percepção do desemprego como uma situação conjuntural, vincula as ações de qualificação/requalificação ao benefício do seguro-desemprego; a segunda, hegemônica entre 1996 e 2002, realça a concepção de qualificação como uma política “ativa” de emprego; e a terceira, que ganha visibilidade a partir de 2003, baseia-se em uma concepção de qualificação como direito e como política pública, tendo no PNQ - Plano Nacional de Qualificação, a sua âncora.

Sobre a última postura, os resultados das primeiras iniciativas de política de qualificação do trabalhador neste período, tanto aquelas ofertadas por parte do Estado, do empresariado ou da sociedade civil, mostram que os resultados esperados não foram atingidos apesar da ampla gama de ofertas de programas sociais de inclusão e qualificação. Segundo avalia Ferretti (1999, p. 13), “ao contrário de que se ditava como certo, a distribuição de renda, não regrediu, ao contrário, se acentuou a cada dia”. E mesmo diante de tal panorama, segundo observa Ciavatta (2009, p. 21) “em que pese não haver indícios de melhorias, subsiste a forma das políticas recessivas do capitalismo predatório, que restringe a oferta de empregos, enquanto a demanda cresce, já que as necessidades de sobrevivência apressam a entrada do jovem no mercado de trabalho”.

Dentre as ofertas de qualificação, a partir do Decreto nº. 5.154/04 surge a Escola de Fábrica (2005), Saberes da Terra (em 2005) PROJOVEM (2005) e PROEJA (2005/06), Programa

Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. E sobre este último, dedicaremos a seguir algumas considerações.

A formação técnica integrada ao ensino médio para jovens e adultos: PROEJA.

O Governo Federal instituiu o PROEJA em 2005 no âmbito federal por meio de Decreto nº 5.478/2005, substituído posteriormente pelo Decreto nº 5.840/2006, introduzindo novas diretrizes, abrangendo a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA, antes restrito ao ensino médio bem como ampliando as instituições ofertantes, antes restritas aos IFE's - Institutos Federais de Educação para redes do Estado, Município, e parceiros do sistema "S" de formação profissional técnica.

O PROEJA a partir do Documento Base (Brasil, 2007, p.34), assim determina seu objetivo:

Perseguir a construção de um modelo de sociedade no qual o sistema educacional proporcione condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito a aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que constitua, efetivamente, direito de todos.

A concepção de escola unitária, passa pela orientação da oferta de uma escola desinteressada com base nos ideais de Gramsci. O termo "desinteressado" conota horizonte amplo, de longo alcance, isto é, "que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas à coletividade e até à humanidade inteira" (Nosella, 2010, p.42). Essa linha de pensamento implicaria a progressiva generalização do ensino médio como formação necessária para todos, independentemente do tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade e adota uma concepção do trabalho como princípio educativo. O trabalho sob essa concepção permite "a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências, das artes e da tecnologia" (Ramos, 2005, p. 108). Para atender a oferta de uma formação sob essa ótica, o PROEJA está estruturado a partir da oferta de um currículo integrado (Brasil, 2007). Isso demonstra a intenção de buscar "o sonho de uma formação completa que partiu dos primeiros socialistas que buscavam o viés *omnilateral* no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica" (Ciavatta, 2005, p. 4).

Não obstante o reconhecimento de avanços na educação de jovens e adultos, algumas considerações críticas sobre o programa são indispensáveis. Sobre elas nos debruçaremos na próxima seção, assinalando, desde já, que o programa, embora se tenha construído à base de pressupostos teóricos humanistas, mantém as características de uma oferta educativa de caráter focal e contingente (Frigotto et al., 2005).

Educação, trabalho e jovens e adultos: impasses entre a retórica e a prática.

Em pleno século XXI, a relação entre educação e trabalho “se mantém necessária, mas insuficiente”, segundo afirma Segnini (2000, p.72), e esta insuficiência pode ser observada tanto a partir da análise do contexto das políticas públicas implementadas nas últimas décadas cujos resultados não atingem os objetivos pretendidos, principalmente no tocante à eliminação do analfabetismo ou em relação à redução do número de abandono escolar entre os jovens. Com relação ao ensino médio, nível de grande expressividade de abandono tanto para os alunos matriculados no regular quanto no ensino ofertado aos jovens e adultos, a oferta realizada através do PROEJA, segundo explica Moura e Henrique (2012, p.116) também está submetido a desafios:

Integrar três campos da educação que historicamente não estão muito próximos: o ensino médio, a formação profissional técnica de nível médio e a educação de jovens e adultos. Da mesma forma, assinala-se que outro desafio é a superação da ausência da concretização efetiva de suas propostas teóricas, no plano prático.

A partir da realização de incursão no campo empírico em busca de conhecer as trajetórias escolares e profissionais de um grupo de diplomados no PROEJA, foi possível aceder às representações que estes diplomados atribuem à formação técnica e profissional integrada e aos reflexos dessa formação na trajetória laboral. A análise aqui referenciada é oriunda de 38 entrevistas biográficas (que correspondem a 70% dos diplomados em PROEJA em dois diferentes CEJA's - Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Rede Estadual de Mato Grosso).

Acerca do perfil dos entrevistados, este se apresenta heterogêneo quanto à idade, sexo, e etnia, mas por outro lado, os diplomados partilham características semelhantes em suas trajetórias individuais escolares e profissionais. Os dados revelam-nos quanto ao grupo doméstico, pertença

a famílias de origem rural, baixa renda e pouca escolaridade. São na maioria casados; do sexo feminino e uma idade média de 40 anos. As trajetórias escolares se iniciam, na maioria, no meio rural e são marcadas por vários momentos de interrupção por necessidade de trabalho. O retorno à escola ocorre em média após 20 anos, em busca do diploma do ensino secundário e de uma formação profissional.

A trajetória profissional, tanto de homens quanto das mulheres, se caracteriza pelo fato de que 33% iniciou sua atividade laboral antes dos 10 anos de idade em atividades típicas do campo (lavoura familiar), e a maioria realizou alguma atividade remunerada (na zona urbana ou rural) antes de atingir a maioridade e o término dos estudos do ensino básico. As trajetórias ocupacionais se caracterizam por períodos de transição entre empregos precários (baixa remuneração e sem exigência de qualificação), desemprego de curta e de longa duração. Para os homens predominam atividades do tipo: motorista de entrega, pedreiro, eletricista, limpeza de terrenos ou serviços gerais; e no caso das mulheres: doméstica, limpeza ou serviços gerais em casas ou empresas, cozinheiras e babás. Com relação às condições socioeconômicas, em média, os membros do grupo recebem em torno de 01 a 05 salários mínimos.

Os dados em sua generalidade indicam haver alguns impasses entre o pretendido no Documento Base do PROEJA (2007) e a sua realização na prática. Dentre alguns dos objetivos e princípios norteadores se destacam a promoção da inclusão e permanência da população jovem e adulta no sistema público; a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, o rompimento com a dualidade estrutural cultura geral *versus* cultura técnica a partir de uma formação integral e acepção do conceito de trabalho como princípio educativo. Também adota a concepção de educação continuada para além da educação básica e oferta de formação segundo as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos.

O primeiro impasse que podemos destacar decorre do fato de que o Brasil, desde 1960 adota, sob a forte influência de grupos internacionais, uma posição de alinhamento com uma posição da relação educação e trabalho sob a perspectiva economicista, comprometida, sobretudo com interesses do sistema produtivo e necessidades de manutenção da hegemonia desses grupos. Nesse sentido o PROEJA não se realiza sob o viés de uma educação holística e de formação emancipadora a que o programa se propõe, mas sim se mantém vinculada ao discurso da

indispensável à formação escolar como via de acesso ao mercado laboral, no sentido tecnicista e utilitarista. A educação é, por isso, entendida como mero instrumento de acesso ao mercado laboral. Nesse sentido, Frigotto (2008, p.69), alerta que a noção de inclusão engendra um duplo sentido de regressão social, “ela não é a mesma coisa sob a perspectiva de uma sociedade que explora, já que a exploração está inserida na legalidade do contrato de trabalho, mas que integra e permite planejar a médio e longo prazo”.

Assim nos relatam alguns diplomados suas representações acerca da motivação do retorno à escola em busca de uma formação:

Odete: *Queria ter o diploma para ter um emprego melhor.*

Rosália: *Hoje em dia se não tiver estudo, você não consegue um serviço bom.*

Leo: *Eu queria ter meu diploma. Um cara sem o que vai conseguir na vida?*

Jocelina: *Ah, eu queria um emprego melhor, não queria assim, ser doméstica para toda vida. E sem estudar não se vai a lugar nenhum.*

Segundo os relatos acima, a motivação de retorno à escola em busca de uma formação profissional podem indicar para além da disposição de obter o diploma, também a desvalorização do trabalho realizado; a insatisfação com a atividade desenvolvida por falta de expectativas, onde prevalece o trabalho informal incluso naturalizado assim como o desemprego.

Outro impasse a ser destacado trata-se do caráter ambivalente do programa. Rummert (2007, p.76) destaca o fato do Documento Base se apresentar com o princípio norteador do “princípio que compreende o trabalho como princípio educativo, compreendido este não em sua perspectiva de emprego, mas como forma de constituição da própria humanidade”, sendo que este conceito, conflitua diretamente com o que é concebido pelos parceiros preferenciais (sistema ‘S’) “que regulam a formação dos trabalhadores segundo as necessidades imediatas postas pelo mercado”.

Assim nos relatam alguns entrevistados:

Joana: *Escolhi esse curso porque disseram que era mais rápido. E isso me interessou porque precisava de um emprego.*

Também há que se assinalar a questão do plano pedagógico em termos de impasses. O Documento Base do PROEJA (2007) pressupõe a integração das matérias curriculares do ensino de conhecimento geral com o profissional segundo uma proposta de um “currículo integrado”. Por outro lado, o próprio documento regimenta que a carga horária é de 2.400h, sendo 1.200h da

EJA e 1.200h da parte técnica, totalizando 2.400h. A distribuição das horas por formação geral e a formação técnica é reveladora da dificuldade em operacionalizar um currículo verdadeiramente integrado com consequências sobre a organização curricular, como as palavras de uma diplomada revelam:

Amália: Disseram que o curso técnico era “três vezes por semana”, que era mais rápido. Tinha dias que assim, tinha aula de laboratório de informática, nos outros era normal.

Sob uma visão otimista, pode-se dizer que o PROEJA, no período inicial da sua implantação em todo território nacional, apresentou dados animadores e procura satisfatória por parte de seu público alvo. O número de matrícula inicial no país em 2008 foi de 14.939, apresentando um crescimento até 2011 chegando a atingir 41.971 alunos. Por outro lado, em 2012, a percentagem de abandono evidenciou um decréscimo na ordem de 14,2 p.p no país (Brasil/INEP, 2012, p.25). Com respeito a esses dados, no que se refere aos Centros de formação que participaram na pesquisa, a percentagem de evasão atingiu 80%.

Sobre o objetivo de proporcionar integração sociolaboral, também sob este aspecto existe um descompasso ente a proposta do programa e os resultados obtidos. Dentre aqueles que se diplomaram, não há nenhuma indicação de inserção laboral na área de formação do curso, e cerca de 52% dos diplomados declaram que não se sentem aptos a exercer profissão para que foram formados e ainda somente 26% afirmam fazer uso das aprendizagens realizadas. Estes valores parecem indiciar uma avaliação pouco positiva quanto à qualidade da formação frequentada e a sua desvinculação com as reais necessidades do alunado.

Com relação ao objetivo do PROEJA em proporcionar o prosseguimento dos estudos para além da educação básica, essa condição não se realiza satisfatoriamente, pois somente 18% dos diplomados prosseguiram os estudos e todos indicaram estar realizando a faculdade através do ensino privado, posto que não alcançaram nota suficiente através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), para colocação numa universidade pública. Outros 18% realizaram ou estão realizando outro curso técnico de nível médio, dado que indica a insatisfação/insuficiência com a formação realizada. Segundo indicam os diplomados:

Dinis: *Prestei ENEM para Direito não tive nota. Agora tô buscando emprego.*

Márcia: *Eu tentei ENEM já duas vezes, para assistente social, mas ainda não consegui.*

Sobre a atual condição de trabalho dos diplomados, a maioria (75%) declara que exerce uma atividade remunerada. Dentre estes, 33% possuem atividade remunerada com contrato ou registro em carteira (doméstica, motorista, venda); e 43% menciona realizar alguma atividade remunerada informal prevalecendo atividades relacionadas com vidraçaria, tapeçaria, venda de roupa, salão de beleza e bar. Do total, 25% encontram-se sem atividade remunerada, mas destes somente 15% procura ativamente emprego.

Para Clavel (2004, p.101):

A escola é sem dúvida uma das nossas instituições mais sensíveis onde se cristalizam as expectativas, as esperanças, as apostas políticas e contradições da sociedade. O discurso de que o futuro depende dela - a formação proporciona capacidade de arranjar emprego, de ter recurso e acesso a bens de consumo e estatuto social que permite condição de residência digna - é uma equação que não parece funcionar para a população vulnerável ou de excluídos.

Também Kuenzer (1988, p.97) aponta para a ambiguidade nuclear da escola: “ela é o único espaço alternativo para a classe trabalhadora apropriar-se do saber socialmente produzido, a par do fato de a escola estar impossibilitada de exercer essa função (...). Inverter essa função implica inverter a relação entre o capital e o trabalho pela superação do capitalismo”.

A educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais, pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego. Mas ainda que a escola possa cumprir essa função, o mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) se tenha generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado “altamente flexível” com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias (Segnini, 2000, p.73-74).

Com relação a esse fato, assinala Pochmann (2004 p.384) que “contrariando a teoria do capital humano, a elevação dos níveis de escolaridade, num quadro de estagnação econômica, baixo

investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho, acaba se mostrando insuficiente para potencializar a alteração de trabalho”. Essa realidade pode ser retratada ainda pelos dados oficiais. Segundo OIT – Organização Internacional do Trabalho, no Brasil, a taxa de desemprego atingiu 6,7% em 2013 e chegará a 6,5% em 2015². Um olhar atento sobre as políticas e programas de retorno à escola e de qualificação profissional, “com intuito de inserção no mercado de trabalho, geração de renda, nos revela que os mesmos se constituem numa promessa precária que ataca as consequências e não suas causas e que pouco alteram as perspectivas de futuro dos grupos para aos quais se destinam” (Frigotto, 2008, p.73).

Cabe, no entanto destacar que embora os diplomados não tenham referido alterações nas suas trajetórias profissionais, reconhecem melhorias na esfera pessoal.

Jocelina: Eu gostei muito do curso, eu tinha vergonha de falar. Hoje falo normal na frente das pessoas.

Estevão: aprendi como tratar as pessoas, comunicar, saber que do outro lado tem outro ser humano, igual a você, e uma coisa muito importante.

Adrielle: Para mim serviu para organizar minha vida financeira, pessoal, que era meio bagunçada, eu ganhava dinheiro, e não sabia administrar.

Conclusão

Embora não se possa deixar de reconhecer a parcial evolução quanto à oferta de ensino no campo da Educação de Jovens e Adultos, cabe destacar que ainda falta muito a ser feito, principalmente em se tratando de elaboração de mecanismos que possam estimular o acesso ou retorno e a permanência dos educandos. Fato que somente se concretizará a partir do momento em que se oferte uma educação de qualidade que não tenha por característica a mesmíssima dualidade histórica já existente em seu precedente legal.

Em termos de impasses entre o proposto e o realizado, o PROEJA nível médio, realizado na Rede do Estado em Mato Grosso, em que pese ter sido implementado e ampliado ao longo da última década, a relação entre a educação (formação profissional) e o mercado laboral como pretendida em termos de ferramenta ao diplomado para o mundo do trabalho, e frente às expectativas ambicionadas por estes, não se estabeleceram.

Dessa forma, a oferta educativa profissional com objetivo de uma educação orientada para autonomia e a emancipação, que efetive suas ações com conteúdos curriculares com significado prático na perspectiva do desempenho de papéis sociais e também para questões de empregabilidade se mantém como o desafio que se tem por vencer.

Um ponto de partida para amenizar os impasses, passa substancialmente, pela necessidade de elaboração de Políticas públicas para uma Educação de Adultos integrada e coerente, que corrija a tendência meramente tecnicista e instrumental e restitua as dimensões humanistas, crítica e emancipatória, como instrumento de acesso ao mundo do trabalho como direito.

Bibliografia

- Alves, Giovanni A.P. (2003), “Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade – Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI”, *Educação*, Maceió, v. 10, n. 16, p. 61-76.
- Antunes, Ricardo (2000), *Os sentidos do trabalho, Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- Bauman, Zygmunt (2011), *Diálogos com Zigmunt Bauman, Núcleo de Pesquisa em Estudos Culturais, CPFL Energia e Fronteiras do Pensamento, Inglaterra*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1miAVUQhdwM>>. Acesso em 02 de outubro de 2015.
- Bonfim, Carlos (2012), “Marx e Engels: origens da crítica à relação trabalho e educação escolar burguesa e modelos alternativos”, Campina Grande, REALIZE Editora, IV FIPED - Fórum Internacional de Pedagogia, Parnaíba, PI-BR.
- Bertaux, Daniel (2011), *Los relatos de vida, Perspectiva etnossociológica*, Ediciones Bellaterra, Barcelona, España.
- Brasil (2007), *Documento Base PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2015.
- Brasil (2012), INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.
- Ciavatta, Maria (2005), “A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade”. *Trabalho Necessário*, ano 3, número, 2. Revista da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2015.
- Ciavatta, Maria (2009), *Mediações históricas de trabalho e educação. Gênese e disputa na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)*, Rio de Janeiro, Lamparina, CNPq, Faperj.
- Clavel, Gilbert (2004), *A sociedade da exclusão, Compreende-la para dela sair*, Tradutora Renata Dias de Carvalho. Coleção Educação e Trabalho Social, Porto editora.
- Ferretti, Celso João (1999) “Brasil: Educação e formação profissional nos anos recentes”, *Formação Sindical em Debate*, São Paulo, Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola São Paulo, n° 02.
- Frigotto, Gaudêncio, Ciavatta, Maria e Ramos, Marise (2005), “A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido”, *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

Frigotto, Gaudêncio (2006), *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*, 8ª ed. São Paulo, Cortez.

Frigotto, Gaudêncio (2008), “Educação para inclusão e a empregabilidade: promessas que obscurecem a realidade”, In *Mundos do Trabalho e aprendizagem* (Rui Canário e Sonia Rummert) (Org.), Educa. Formação, n.14 (p.61-75), Lisboa.

Kuenzer, Acácia (1988), *O ensino de 2º grau: o trabalho como principio educativo*, São Paulo, Cortez.

Lima, Antônio Almerico Biondi (2007), “A qualificação no sistema público de emprego: uma análise a partir das Resoluções do Codefat”, In Vêras de Oliveira, Roberto (org.), *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção*. São Paulo: Unitrabalho/A+ Comunicação.

Marx, Karl (1988), *O Capital: o processo de produção do capital [1890]*, São Paulo, Nova Cultural, Livro I, v.1.

Moura, Dante Henrique e Henrique, A. L S. (2012), “PROEJA: entre desafios e possibilidades”, HOLOS, Ano 28, Vol. 2. (p.116). Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/914/536>>. Acesso a 10 de novembro de 2015.

Moura, Dante Henrique e Faria, Débora S. A. (2013), “Trabalho e educação no PROEJA”. XXVI Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação- ANPAE- Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação, Recife. Disponível em:<<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/DeboraSuzanedeAraujoFaria-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

Nosella, Paolo (2010), *A escola de Gramsci*, 4ª ed., São Paulo, Cortez.

Pochmann, Marcio (2004), “Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?”, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, (maio/ago) p. 383-399. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf> >. Acesso em 12 de novembro de 2015.

Ramos, Marise (2005), Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado, In Ramos, Marise, Frigotto, Gaudêncio; Ciavatta, Maria. *Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições*, São Paulo: Cortez, 2005, (p. 106-127).

Ramos, Marise (2010), *Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde*, Rio de Janeiro, EPSJV/Fiocruz; UFRJ.

Rummert, Sônia (2007), “Gramsci, trabalho e educação: Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual”, *Cadernos Sísifo*, Lisboa, Educa.

Saviani, Dermeval (2007), “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”, *Rev. Bras. Educ.*[online], vol.12, n.34, pp. 152-165. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>>. Acesso em 01 de novembro de 2015.

Segnini, L. P. R. (2000), “Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente”. São Paulo em Perspectiva, V. 14, p. 72-81. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf>>. Acesso a 01 de outubro de 2015.

Notas:

1- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

2-OIT- Organização Internacional do Trabalho. Dados disponíveis em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140120_desemprego_oitrg>. Acesso a 08 de outubro de 2015.